

O FEMINISMO SOLITÁRIO NA OBRA DA JOVEM PAGU

LARISSA SATICO RIBEIRO HIGA (IEL - UNICAMP).

Resumo

A presente comunicação tem como objetivo mostrar a importância da escritora modernista Patrícia Galvão na luta contra a opressão de gênero travada no campo da literatura brasileira. Durante a década de 1930, além de publicar oito artigos de cunho feminista no pasquim que manteve com Oswald de Andrade, *O homem do povo* (1931), Pagu denuncia em *Parque Industrial* (1933), sua primeira obra ficcional, as opressões as quais as mulheres proletárias estavam submetidas na época. Diferentemente das tendências feministas de então, expressas de um lado mais elitista por Bertha Lutz (HAHNER, 1981) e, de outro, pela anarquista Maria Lacerda de Moura (LEITE, 1983), Patrícia Galvão procurou aliar feminismo a comunismo, levando o crítico Antonio Risério (1973) a afirmar que Pagu foi a primeira mulher na história do Brasil a “critica(r) o feminismo em nome do materialismo histórico”. Essa dupla preocupação da autora pode ser comprovada com a leitura do livro *Paixão Pagu – a autobiografia precoce de Patrícia Galvão* (2005). Esse texto memorialístico ajuda a entender como Pagu lidava em vida com as questões da hierarquia sexual e ilumina tanto passagens de seu primeiro romance, quanto os motivos que a levaram a escrever. Um deles parece fortemente ser o fato da autora conceber a escrita como prática necessária à vida, com função social e psicologicamente definida. Nesse sentido, torna-se interessante investigar a escrita literária de Pagu como importante arma contra as opressões e, em especial, a de gênero.

Palavras-chave:

Pagu, feminismo, escrita literária.

Introdução

Quando analisados os materiais escritos que dão contorno ao legado intelectual de Patrícia Galvão (1910-1962), dois momentos específicos podem ser encontrados: o de finais da década de 1920, quando a autora tinha fortes conexões com o movimento antropofágico e confiança extremada na direção do partido comunista; e o pós-1940, momento de sua maturidade intelectual, em que se intensifica a atividade jornalística e a crítica ao stalinismo.[1] Desses dois momentos, é no primeiro que se percebe uma ênfase às questões feministas, tanto porque Pagu contribuiu periodicamente com artigos sobre o tema no pasquim *O Homem do Povo* (1931), que manteve com Oswald de Andrade, quanto porque a condição social da mulher parece ser um dos eixos do *projeto ideológico* de sua primeira obra ficcional, *Parque Industrial* (1933).

Com esses materiais, a jovem Pagu mostrou apresentar diferenciada contribuição para a formação do pensamento feminista brasileiro da primeira metade do século XX. Tal diferenciação, responsável pelo adjetivo “solitário” que aqui se atribuiu ao feminismo defendido pela autora, dá-se por sua discordância concomitante com relação às duas principais correntes de luta pelos direitos das mulheres de então - o movimento sufragista oficial e a crítica anarquista. Dada a peculiaridade do pensamento de Pagu, esse artigo pretende, através de breves apontamentos nos textos referidos, localizar sua voz em meio aos outros discursos feministas da época e mostrar ao final como a escrita, seja ela ficcional ou não, foi para Pagu importante meio de combate à hierarquização sexual inerente à sociedade em que viveu.

Os feminismos em 20 e 30

Ao analisar a história do feminismo no Brasil nas primeiras décadas do século XX, Pinto (2003) faz a distinção entre os setores *bem* e *mal comportados* desse heterogêneo movimento. Do primeiro fariam parte as mulheres liberais, cujo principal objetivo era a conquista do direito ao voto. A líder dessas feministas, Bertha Lutz, já personifica as tendências elitistas e num certo sentido conservadoras que delineariam o movimento sufragista e a maior organização de mulheres da época: a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), criada em 1922. Bertha Lutz era filha de intelectuais e, formada em ciências biológicas, havia estudado muito tempo em Paris. Da Europa trouxera as idéias avançadas com relação aos direitos sociais da mulher, mas sua orientação feminista definiu-se apenas na primeira Conferência Pan-Americana Feminina (realizada em Baltimore, 1922), quando teve contado, através de Carrie Chapman Catt, com o feminismo estadunidense, mais pacífico do que o movimento sufragista inglês, cujos métodos de reivindicação eram por ela considerados violentos (Hahner, 2003).

O caráter reformista da FBPF estava refletido tanto em seus argumentos quanto em suas maneiras peculiares de atuação. As mulheres mobilizadas pelo sufrágio defendiam a idéia de que sua participação política ajudaria no progresso da nação sem que isso interferisse nos afazeres domésticos e papéis já cumpridos socialmente por elas. Além disso, a Federação nunca entrava em embate direto e público com a Igreja católica e nem apoiava ou repudiava partidos políticos[2]. Pelo contrário, o processo de convencimento não só das mulheres intelectuais no país, mas de muitos conhecidos políticos e parlamentares foi a maior estratégia usada pelas sufragistas. Fora desse modo, na base do diálogo, que a Federação se reuniu com Getúlio Vargas e teve o voto garantido às mulheres alfabetizadas em 24 de fevereiro de 1932. Importante notar que a posição social dessas mulheres foi decisiva nesse processo, de acordo com Hahner (2003: 304): *"O fato de as sufragistas brasileiras terem laços mais estreitos com a elite política pode talvez ter facilitado a obtenção de voto feminino no Brasil antes do que a maioria dos países latino-americanos."*

Pagu não poupou críticas a esse feminismo *bem comportado*. Dos oito artigos da coluna "A mulher do povo", o que mais enfatiza essa questão é o intitulado *Maltus Alem* (de 27 de março de 1931), nome que em si já nega a visão retrógrada de algumas feministas cuja crença nas possibilidades de mudança social a partir do simples controle da natalidade era radical. Nesse texto, depois de caracterizar negativamente as "pequenas burguesas", Pagu afirma que também há, para *"atrapalhar o movimento revolucionário no Brasil [,] uma elitezinha de 'João Pessoa'"*. De acordo com Risério (1987), a escritora teria nesse momento cometido um deslize geográfico ao se referir às feministas de elite do Rio Grande do Norte, *"que negam o voto aos operários e trabalhadores sem instrução"*, e que haviam conquistado o direito ao voto já em 1927, com a ajuda do então governador Juvenal Lamartine. No entanto, Pagu poderia estar se referindo também ao Batalhão Feminino João Pessoa (já que num momento posterior do texto utiliza a expressão *"batalhão João Pessoa"*), que ficou na retaguarda do movimento revolucionário de 1930 e, com o fim desse processo histórico, transformou-se numa associação de luta pelo direito das mulheres. A posição de Pagu se explicita completamente no final de *Maltus*, quando afirma que *"Marx já passou um sabão no celibatário Maltus"* e acrescenta: *"o materialismo solucionando problemas maiores faz com que esse problema desapareça por si"*.

A orientação marxista do feminismo de Pagu também pode ser encontrada em *Parque Industrial* (1933), onde volta a condenar a falta de preocupação classista das sufragistas: "-O voto para as mulheres está conseguido! É um triunfo! /-E as proletárias? /- Elas são analfabetas. Excluídas por natureza" (Galvão, 2006: 78). Em oposição a essas mulheres, encontram-se militantes comunistas como Otávia e a sindicalista Rosinha Lituana, cujos papéis são de extrema importância para o projeto ideológico (para utilizar novamente as palavras do crítico Lafetá) do romance proletário. Nesse sentido, para Pagu, mais importante do que a reforma no sistema eleitoral é a organização para a revolução socialista que abalaria a estrutura social vigente. Isso pode ser ilustrado com o discurso de incentivo à greve que Rosinha faz às suas companheiras de trabalho:

Camaradas! Não podemos ficar quietas no meio dessa luta! Devemos estar ao lado dos nossos companheiros na rua, como estamos quando trabalhamos na Fábrica. Temos que lutar juntos contra a burguesia que tira nossa saúde e nos transforma em trapos humanos! (Galvão, 2006: 87-88)

Esse radicalismo caracterizou também o feminismo *mal comportado* defendido pelas anarquistas da época, que se manifestavam principalmente por jornais como *O Grito operário* e *A Plebe*. Conscientes da necessidade de transformações sociais mais profundas, essas mulheres identificavam a "condição de explorada da mulher como decorrência [também] das relações de gênero" (Hahner, 2003: 34), questionando a hierarquia sexual de forma mais efetiva que as sufragistas, as quais almejavam somente a inclusão no sistema político vigente. Além disso, as anarquistas tinham em suas discussões feministas a centralidade das condições laborais das mulheres e pautavam com antecedência o debate da dupla jornada de trabalho, que seria fundamental para o movimento feminista desenvolvido ao longo do século XX (Pinto, 2003: 20). As más condições de trabalho devidas à falta de leis trabalhistas e as investidas sexuais dos patrões a que as empregadas estavam submetidas também constituem cenas que aparecem em *Parque Industrial*, onde a personagem Corina, por exemplo, é demitida simplesmente por estar grávida; Matilde é despedida da Fábrica porque se recusou "a ir ao quarto do chefe" (Galvão, 2006: 105) e Ming, obediente e acostumada, serve "chá com beijos" ao patrão (p.105)

Uma grande expoente do feminismo anarquista foi a professora mineira Maria Lacerda de Moura, que contestou fortemente os preceitos da Igreja católica^[3] e do patriotismo, além de defender abertamente o amor livre e a educação sexual. Se num primeiro momento Maria Lacerda havia defendido o sufrágio, logo se afastou de Bertha Lutz por considerar imprescindível para a luta feminista a crítica ao capitalismo e à opressão urbana, que a fez viver por quase dez anos em uma comunidade agrária em Guararema (Leite, 1984). Apesar de ter criticado Maria Lacerda no referido artigo *Maltus Alem* - talvez por sua inicial aliança com feminismo oficial, talvez pelo positivismo que marcou o pensamento de sua juventude - certamente Pagu teve muitas concordâncias com o anarquismo. No entanto, a apologia à organização partidária presente em *Parque Industrial*, responsável mesmo pela iniciativa de escrita do romance, fez com que Pagu se afastasse definitivamente do feminismo anarquista e fosse considerada pelo crítico Risério (1987) a primeira mulher na história do Brasil a criticar o feminismo em nome do materialismo histórico dialético.

O feminismo na obra de Pagu

A posição estranha de Pagu nos quadros do feminismo de esquerda possibilita sua identificação com as mulheres intelectuais que compunham o cenário do que Céli Pinto chamou de "*feminismo difuso*" da época. De acordo com a estudiosa, *essas feministas*

são mulheres cultas, com vidas públicas excepcionais, na grande maioria professoras, escritoras e jornalistas. Preocupadas ou não com os direitos políticos, essas mulheres têm um campo mais vasto de questões, defendem a educação da mulher e falam em dominação dos homens e no interesse deles em deixar a mulher fora do mundo público. Em seus textos, tocam em temas delicados para a época, como sexualidade e divórcio (Pinto, 2003: 15).

Além da centralidade do trabalho, os assuntos da sexualidade, da dependência da mulher ao homem e da violência sexual também figuraram no romance proletário.

Esses dois primeiros eixos temáticos podem ser percebidos pela análise da personagem Eleonora, jovem da classe proletária que vislumbra o casamento como meio de ascensão social e concretização de seus anseios consumistas. Sua vontade é ainda mais estimulada pelos próprios pais, que "*sonham para a filha um lugar social igual ao deles. Onde a mulher é uma santa e o marido bisa as paixões quarentonas.*" (Galvão, 2006: 39). Essa personagem, apesar de mostrar-se como estereótipo da aceitação do papel social destinado à mulher, possui, no entanto, um relacionamento extraconjugal homossexual. A questão da sexualidade, debatida por Pagu também n'*A mulher do povo*, mostra como a autora tratava de assuntos que eram tabu em seu tempo. Desse modo, como afirmou Hahner (2003), Pagu teria provocado a sociedade paulistana.

Tem-se o exemplo da violência sexual na passagem em que Alfredo impõe sua superioridade masculina na relação e violenta sexualmente sua própria namorada Eleonora, que depois do ato fica "*Abatida, de olhos úmidos*" enquanto "*Ele aperta ainda o corpo machucado*" (Galvão, 2006: 39). A agressão sexual tem seu ápice no capítulo *Paredes Isolantes*, quando dois jovens ricos resolvem invadir a casa de uma garota trabalhadora e a estupram, sem que sejam posteriormente punidos por isso:

De noite chamei o Zezé e fomos assaltar a casa aí na rua do Arouche. Ela mora com a dona do atelier. As duas sozinhas...Foi um susto dos diabos. Pensaram que era gatuno. Também o Zezé fez uma cena de faroeste, revólver, lenço preto...Eu agarrei a pequena na cama...Virgenzinha em folha... (Galvão, 2006: 74).

Soma-se a isso o fato constante na obra de homens da burguesia irem procurar mulheres do Brás que lhes proporcionassem prazeres sexuais momentâneos.

Outra questão que concerne às mulheres e que aparece no romance proletário é o aborto. Prostituída depois de desempregada ("*Corina se vende noutra quarto.*

Tentáculos de um preto gigante enroscam o corpo deformado pela gravidez adiantada." (Galvão, 2006: 60), a personagem em questão passa pela terrível experiência do aborto quando vai dar a luz a seu filho e percebe que ele nasce vivo, mas sem pele. Com a leitura do livro *Paixão Pagu: a autobiografia precoce de Patrícia Galvão* (2005), percebe-se que também a autora experimentara a interrupção da gravidez por duas vezes. A primeira quando ainda era muito nova e estava grávida de Olympio Guilherme - o que é assim narrado na autobiografia: *"O ladrilho pegajoso nos lábios. O que fazer de tanto sangue? Todo o corpo se deformando. Se desfazendo na angústia. O sangue ostensivo entre os dedos, cabelos, olhos, os coágulos monstruosos entupindo tudo. Como livrar a vida dessa noite?"* (Galvão, 2005: 55) - e a segunda interrupção, involuntária, quando esperava o nascimento do primeiro filho que teria com Oswald de Andrade.

É com a autobiografia que se percebe, de modo geral, como a escritora lidava em seu cotidiano e em sua condição de mulher trabalhadora com o machismo que a cercava. Esse era configurado pelas várias investidas masculinas que lhe eram feitas. Nesse sentido, relata que um amigo próximo afirmou idéias agressivas como: *"Quando você passa na rua, todos os homens te desejam. Você nunca despertará um sentimento puro"*. (Galvão, 2006: 59) e mostra-se incomodada quando Raul Bopp e Jorge Luis Borges pareceram interessados fisicamente por ela. Certamente essa situação muito influenciou na relação que Pagu tinha com sua própria sexualidade. De menina precoce, cuja virgindade fora perdida aos 12 anos, ela passou, após o conhecimento das aventuras extraconjugais de Oswald de Andrade, à repulsa sexual e à perda do prazer.

A maternidade aparece como ponto constante de reflexões e angústias na vida da autora, uma vez que a convivência com Rudá pareceu ter sido abalada pela dinâmica de militância partidária. Esse conflito é bem explícito no momento em que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) solicita seu afastamento de Oswald, em 1931: *"Exigiram minha separação definitiva de Oswald. Isso significava deixar meu filho. A organização determinava a proletarização de todos os seus membros (...) O preço disso era meu sacrifício de mãe (...) resignar-me[-ia] à falta de notícias do meu filho"* (Galvão, 2005: 95). A escolha pela vida pública não era uma opção concreta das mulheres e apesar de muito progressista mostrou-se para Pagu muito desafiadora.

Por fim, pode-se dizer que o próprio partido foi o responsável pela opressão sexista de Pagu[4]. Quando compôs o Comitê Fantasma, um organismo secreto da Internacional Comunista no Brasil, o Partido exigiu que mantivesse relações sexuais com um estranho para conseguir dele informações. O pedido explícito e despuddorado do agente CM11, o único membro da organização com que a escritora tinha contato na época, é assim relatado: *"Você não parece inteligente... - e, depois um silêncio. Na cama, ele dirá tudo e você terá o que quiser!"* (Galvão, 2005: 126). Apesar da resistência inicial, Pagu se convenceu mais uma vez de que as causas do Partido precisavam ser soberanas e sucumbiu aos pedidos da direção.

Considerações finais

Interessante notar que, além de apresentar as questões de gênero na vida de Pagu, a autobiografia também explicita tanto passagens de sua primeira obra ficcional, como os motivos que a levaram a escrever. Um deles parece fortemente ser o fato da autora conceber a escrita como prática necessária à vida, com propósito social definido. A esse respeito, Pagu justifica a escrita dos relatos pela

necessidade de se fazer melhor conhecer pelo companheiro e, sobre as intenções do próprio *Parque Industrial*, a autora relata:

Aceitei a situação. Minha vida era minha via política. Apesar de 'contrária' à depuração arbitrária, não quis desanimar. Trabalharia intelectualmente à margem da Organização./ Pensei em escrever um livro revolucionário. Assim nasceu a idéia de Parque Industrial. Ninguém havia feito literatura desse gênero. Faria uma novela de propaganda que publicaria com pseudônimo, esperando que as coisas melhorassem. (Galvão, 2005: 111-112)

A importância que Patrícia Galvão atribuiu à escrita, como ferramenta de combate às injustiças sociais no campo intelectual, não pode ser ignorada[5] nesses exemplos. Assim como não podemos fechar os olhos para a sua relevante contribuição ao pensamento feminista brasileiro configurado na primeira metade do século XX. Do mesmo modo que sua militância política, ainda que incessante, não foi devidamente reconhecida pelo PCB, mas teve relevância para a história da esquerda no Brasil (Pagu foi, por exemplo, a primeira mulher brasileira a ser presa por motivos políticos), sua militância feminista, mesmo que sem apoio de uma organização maior também deve ser considerada. Ainda que solitário, o pioneiro feminismo comunista de Pagu precisa ser valorizado e merece, sem dúvida, um estudo de maior fôlego.

Referências bibliográficas

ANDRADE, O. e GALVÃO, P. *O homem do povo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1984.

CAMPOS, A. *Pagu vida e obra*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

GALVÃO, P. *Paixão Pagu a autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2005.

GALVÃO, P. *Parque Industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

HAHNER, J. E. *Emancipação do sexo feminino*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

LEITE, M. M. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.

PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RISÉRIO, A. "Pagu: Vida-Obra, Obravida, Vida" In: CAMPOS, A. *Pagu vida-obra*. Campinas: Brasiliense, 1987.

[1] Essa premissa pode ser confirmada com a consulta feita à antologia de Augusto de Campos, *Pagu - vida e obra* (1986). Nesse livro fundamental sobre a autora, percebe-se que o material que segue *Parque Industrial* (1933) são as crônicas de *Ariel*, datadas de 1942.

[2] Céli Pinto (2003) cita como exemplo da falta comprometimento maior da Federação o fato de que a advogada gaúcha Natércia Silveira, ao apoiar a candidatura de Vargas à presidência em 1929, entrou em conflito com Lutz, que "via no engajamento político um perigo para a causa do voto feminino" (p.26)

[3] O combate à Igreja católica foi eixo comum no pensamento de Maria Lacerda de Moura e Patrícia Galvão. Esta última investiu contra a imposição da moral sexual religiosa e criticou a vida hipócrita que levavam as mulheres que tentavam segui-la em artigos como *Retiro Sexual (de 31 de março de 1931)* e *Liga de Trompas católicas* (de quatro de abril de 1931).

[4] De maneira geral, a autobiografia consiste em relato do processo de desilusão que Patrícia Galvão teve com relação à direção stalinizada do Partido Comunista Brasileiro.

[5] A militância intelectual de Pagu não se resume ao recorte temporal nem temático proposto nesse artigo, mas estende-se ao longo de toda vida e varia conforme a necessidade histórica. Na década de 1940, por exemplo, depois de anos de encarceramento, a autora escreveu com Geraldo Ferraz o livro *A Famosa Revista* (1945), de crítica ao PCB, e contribuiu através do jornal *Vanguarda Socialista* (1946), ao lado de importantes figuras como Mário Pedrosa, para a crítica ao stalinismo.